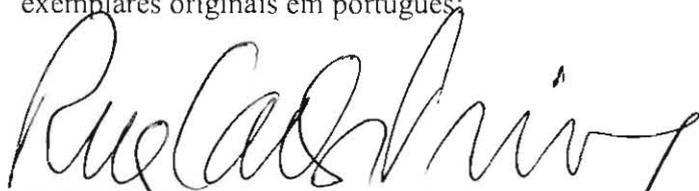


DOCUMENTO DE REVISÃO Nº 01/2018

1. **Título:** “Apoio À Implementação de Estratégias e Ações de Prevenção, Controle e Combate à Desertificação Face aos Cenários de Mudanças Climáticas e à Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD)”.
2. **Código do Projeto:** BRA/IICA/14/001
3. **Sede do Projeto:** Brasília - DF
4. **Área Temática:** Meio Ambiente - Desertificação
5. **Instituição Nacional Executora:** Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (SEDR-MMA) / Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável e Combate à Desertificação.
6. **Início do Projeto Original:** 26/12/2013 **Término do Projeto Original:** 26/12/2018
7. **Proposta de Alteração de Prazo na 1ª Revisão:** 26/12/2020
8. **Aporte da Instituição Nacional Executora:**
 - Valor Original:** R\$ 9.999.300,15 (nove milhões novcentos e noventa e nove mil, trezentos reais e quinze centavos)
 - Valor da Revisão Nº 01:** R\$ 9.999.300,15 + Rendimentos (R\$ 306.796,84)
 - Valor Total:** R\$ 10.306.096,99 (dez milhões trezentos e seis mil e noventa e seis reais e noventa e nove centavos)
9. **Origem dos Recursos da Instituição Nacional Executora:** Ministério do Meio Ambiente e Agência Nacional de Águas.
10. **Breve Descrição do Projeto:** O Projeto tem como objetivo principal o desafio de definir estratégias para o planejamento e implementação de ações de prevenção, controle e combate à desertificação face aos cenários de mudanças climáticas e à Estratégia Decenal da UNCCD. Portanto, espera fortalecer os processos de formulação e de implementação de estratégias de combate à desertificação de modo a consolidar a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e a garantir uma maior interação do MMA com o conjunto dos atores sociais e institucionais assegurando que os resultados a que se propõe alcançar cheguem efetivamente aos beneficiários locais atingidos pelos efeitos da seca e impactos adversos aos processos da desertificação.
11. **Objetivos da 1ª Revisão do Projeto:**
 - a) Adequar indicadores do projeto em face das novas estratégias e atividades executadas pelo Ministério do Meio Ambiente no âmbito da política nacional de combate à desertificação, principalmente para a promoção de intervenções locais demonstrativas.
 - b) Incorporar ao orçamento do projeto dos recursos gerados pela aplicação financeira sobre o saldo da conta operacional do Projeto, no valor de R\$ 306.796,84 (trezentos e seis mil e setecentos e noventa e seis reais e oitenta e quatro centavos).

- c) Ajustar e ampliar do prazo de vigência de 26/12/2018 para 26/12/2020;
- d) Remanejar recursos entre linhas orçamentárias nos objetos de gastos: OGM 5 – Publicações para OGMs 3 – Treinamento, Capacitação e Eventos e OGM 8 – Consultorias e prestações de serviços; OGM 9 – Outros custos para OGM 8.

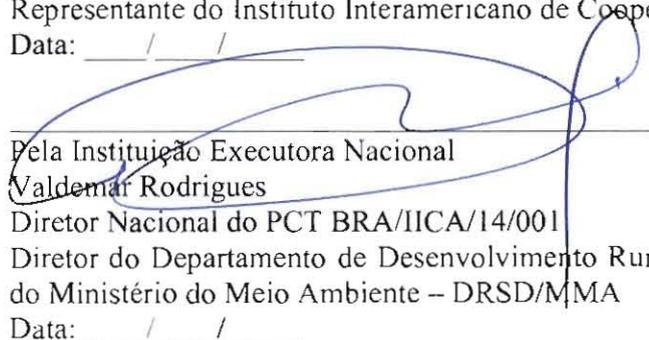
Aprovado em Brasília, DF, aos 24 dias do mês de DEZEMBRO de 2018, em três exemplares originais em português;



Pelo Governo da República Federativa do Brasil
Embaixador Ruy Carlos Pereira
Diretor da Agência Brasileira de Cooperação – ABC
Data: 24 / 12 / 2018



Pelo Organismo de Cooperação Técnica Internacional
Hernán Chiriboga
Representante do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA)
Data: / /



Pela Instituição Executora Nacional
Valdemar Rodrigues
Diretor Nacional do PCT BRA/IICA/14/001
Diretor do Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável e Combate à Desertificação
do Ministério do Meio Ambiente – DRSD/MMA
Data: / /

SUMÁRIO

1. PROPOSTA DE 1ª REVISÃO DO PROJETO.....	5
1.1 OBJETIVOS DA 1ª REVISÃO:	5
1.1.1. Adequação de Resultados e Indicadores	5
1.1.2. Prorrogação do prazo.....	5
1.1.3. Aporte Adicional de Recursos:	5
1.2 JUSTIFICATIVA PARA A 1ª REVISÃO DO PROJETO:	5
1.3 DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS, RESULTADOS E ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDOS NA 1ª REVISÃO:	7
1.3.1. Resultados	7
2. INSUMOS.....	13
3. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA Revisão Nº 1 do PCT	16
4. ORÇAMENTO.....	17
4.1 QUADRO ORÇAMENTÁRIO DA 1ª REVISÃO (R\$) (REVISADO ATÉ 31 DE MAIO DE 2018)	17
4.2 QUADRO DA ESTIMATIVA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA 1ª REVISÃO (R\$)	18
5. MATRIZ DE EXECUÇÃO FÍSICA (“Revisão Nº1”)	19
MATRIZ DE EXECUÇÃO FÍSICA (CONTINUAÇÃO)	20
6. EMENDA AO TERMO DE COOPERAÇÃO.....	21
ANEXO 1 - MATRIZ LÓGICA.....	22

1. PROPOSTA DE 1ª REVISÃO DO PROJETO

1.1 OBJETIVOS DA 1ª REVISÃO:

1.1.1. Adequação de Resultados e Indicadores

1.1.2. Prorrogação do prazo

Data de conclusão do Projeto de Cooperação Técnica (PCT) estabelecida no documento original: 26/12/2018.

1.1.3. Aporte Adicional de Recursos:

Orçamento original:	R\$ 9.999.300,15
Orçamento com aporte dos rendimentos	R\$ 306.796,84
Orçamento total para o Projeto:	R\$10.306.096,99

1.2 JUSTIFICATIVA PARA A 1ª REVISÃO DO PROJETO:

As revisões aos Projetos de Cooperação Técnica, estão previstas no Termo de Cooperação do PCT, no Título IV "Da Gestão e Operacionalização", Art. 8, alínea "b" e poderão ser propostas, sempre de comum acordo, pelo Governo Brasileiro, por intermédio da ABC ou da Instituição Executora, no caso o Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável e Combate à Desertificação da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, e pelo IICA, mediante sua Representação no Brasil.

Nesse contexto, a Coordenação Executiva do Projeto, no cumprimento de suas atribuições, propõe a **1ª Revisão do PCT** com os objetivos de:

- a). Adequar indicadores do projeto em face das novas estratégias e atividades executadas pelo Ministério do Meio Ambiente no âmbito da política nacional de combate à desertificação, principalmente para a promoção de intervenções locais demonstrativas.
- b). Incorporar ao orçamento do projeto dos recursos gerados pela aplicação financeira sobre o saldo da conta operacional do Projeto, no valor de R\$ 306.796,84 (trezentos e seis mil e setecentos e noventa e seis reais e oitenta e quatro centavos).
- c). Ajustar e ampliar do prazo de vigência de 26/12/2018 para 26/12/2020;
- d). Remanejar recursos entre linhas orçamentárias nos objetos de gastos: OGM 5 – Publicações para OGMs 3 – Treinamento, Capacitação e Eventos e OGM 8 – Consultorias e prestações de serviços; OGM 9 – Outros custos para OGM 8.

O principal objetivo da revisão, sob o ponto de vista técnico, é apoiar a difusão, nas áreas susceptíveis à desertificação – ASD, da estratégia definida pelo governo brasileiro para o combate à desertificação, quais sejam as Unidades de Recuperação de Áreas Degradadas e Redução de Vulnerabilidade Climática – URAD. Este apoio se dará por meio da implantação de unidades de referência, com vistas a promover a transferência de tecnologias e metodologias para parceiros governamentais e não-governamentais que irão difundir estas unidades pelo território das ASD. Tendo em vista que o PCT BRA/14/001, encontra-se no seu 4º ano de execução, sem sofrer atualização, especialmente para adequação de resultados e

indicadores do projeto em face das novas estratégias do Ministério do Meio Ambiente, justificamos a necessidade de realização de revisão do PCT.

Destaca-se que a revisão em questão não contempla alteração do objeto nem dos objetivos e resultados do PCT. E, sim, aponta para a necessidade de atualização de indicadores e mecanismos de verificação do alcance dos resultados, uma vez que boa parte das atividades já foram executadas, especialmente, as atividades relacionadas às seguintes iniciativas: elaboração de marco legal; realização de encontros, oficinas, conferências, workshops de divulgação e intercâmbios; ações de capacitação, treinamentos e dias de campo; elaboração de diagnósticos e estudos específicos; implantação de unidades demonstrativas de boas práticas de combate à desertificação e convivência com o semiárido. Com relação à execução do projeto, ressalta-se que cerca de 80% das atividades do objetivo 1 e 100% das atividades do objetivo 2 foram concluídas, sendo o foco principal do último ano do cronograma original do projeto (2018) e dos dois anos da primeira revisão (2019-2020) a execução dos resultados do objetivo 3, que priorizará a implementação de intervenções locais demonstrativas de combate à desertificação, no caso as Unidades de Recuperação de Áreas Degradadas e Redução de Vulnerabilidade Climática - URAD. De fato, as ações restantes, a serem executadas no Objetivo 1, servirão de suporte para esta estratégia mais ampla de intervenção local.

Portanto, a proposta de revisão, além de considerar as entregas e os avanços resultantes da execução do PCT, aponta para a necessidade de adequação, sobretudo apoiar a difusão das URAD, aplicando-se os recursos oriundos do MMA/Fundo Clima.

Nestas unidades, inseridas no planejamento municipal e tendo a micro bacia hidrográfica como unidade trabalho, são executadas ações demonstrativas ambientais, sociais e produtivas, implementadas por meio de seis diferentes atividades:

- ✓ Capacitação e treinamento
- ✓ Recuperação e Conservação de solo, água e biodiversidade
- ✓ Captação e armazenamento de água
- ✓ Saneamento básico
- ✓ Eficiência energética
- ✓ Unidade de Produção

Importante destacar que se constitui prioridade, para o sucesso da estratégia, o envolvimento das famílias na execução direta das ações previstas para cada comunidade, enquanto unidades demonstrativas, isto é, por meio da construção de cisternas, barragens, fogões ecológicos, casas de mel, dentre outras, no sentido de apropriação das tecnológicas pela comunidade e incremento temporário na oferta de emprego e na renda familiar, utilizando metodologia `aprendendo fazendo`. Cada URAD contempla aproximadamente 30 famílias, inserida em uma microbacia prioritária.

Os resultados esperados são, em curto prazo, mitigar os efeitos da seca e gerar emprego e renda. Em médio prazo, os resultados serão a recuperação ambiental, redução de vulnerabilidades, melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento de tecnologias de adaptação. Ao focar na recuperação de áreas degradadas e redução da vulnerabilidade climática, através da implementação de medidas de adaptação, as URADs contribuem para a implementação da convenção de combate à desertificação, a Meta 15.3 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e as metas de NDC.

1.3 DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS, RESULTADOS E ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDOS NA 1ª REVISÃO:

OBJETIVO GERAL

Apoiar o Ministério do Meio Ambiente no planejamento e na implementação de estratégias e ações de prevenção, controle e combate à desertificação face aos cenários de mudanças climáticas e considerando o Plano Estratégico Decenal (2008-2018) da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Objetivo Imediato 1: Definir a formulação, adequação e implementação de políticas, estratégias, programas e projetos de combate à desertificação com base na Estratégia Decenal da UNCCD.

Objetivo Imediato 2: Atualizar o estado da arte do conhecimento das condições de sustentabilidade das ASD, tendo em conta cenários de mudanças climáticas e a espacialidade.

Objetivo Imediato 3: Integrar, fortalecer e difundir as boas práticas de prevenção e combate à desertificação.

1.3.1. Resultados

OBJETIVO IMEDIATO 1: Definir a formulação, adequação e implementação de políticas, estratégias, programas e projetos de combate à desertificação com base na Estratégia Decenal da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação-UNCCD.

- ✓ **Resultado 1.1:** Sistema de gestão para implementação de ações de combate à desertificação, adaptação e mitigação às mudanças do clima nas Áreas Susceptíveis à Desertificação - ASD de acordo com o marco geral das Convenções do Rio, aprimorado.

(a) nível de realização até o momento do resultado

- ✓ Em julho de 2015 foi sancionada a Lei 13.153, que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos e prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação-CNCD;
- ✓ Em dezembro de 2016 o MMA/DRSD elaborou proposta de Decreto para a regulamentação da Lei 13.153/2015, contemplando a regulamentação dos artigos que tratam da CNCD. Nesta proposta está prevista uma estratégia para a implementação do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação – PAN Brasil;
- ✓ Para a qualificação do modelo de gestão da CNCD foi instalada uma câmara técnica no âmbito da comissão e instituído um regimento para o seu funcionamento;
- ✓ No transcorrer da execução do PCT, foram realizados diversos eventos nacionais com a participação dos membros da CNCD, destacando-se seminários, encontros técnicos e conferências;
- ✓ Com relação à eventos internacionais e regionais, foi realizado evento paralelo na COP 12, ocorrida em Ankara/Turquia/2015 e, em novembro de 2014 foi realizado

- o I Encontro técnico de intercâmbio dos países de Língua portuguesa no âmbito da UNCCD;
- ✓ Em 2016 foi enviado um relatório nacional para a UNCCD (período 2014-2015), relativo à implementação da sua Estratégia Decenal de Combate à Desertificação;
 - ✓ Em 2017 foi realizado Seminário sobre implementação de políticas públicas de combate à desertificação, em Teresina/Piauí, incluindo agenda de preparação da participação do Brasil na 13ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação - COP 13/Ordos/China;
 - ✓ Em setembro de 2017 uma delegação do DRSD participou da COP 13 da UNCCD, na qual o Brasil aderiu ao Programa de Degradação Neutra da Terra – LDN; e
 - ✓ Aproveitando a parceria interna com a Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do MMA, realizou-se uma série de estudos para o aprimoramento das normas legais do acesso à água por meio do Programa Água Doce, utilizando a instalação de dessalinizadores no rol de alternativas para convivência com o semiárido, combate à desertificação, adaptação e mitigação às mudanças do clima.

(b) perspectivas:

- ✓ As execuções das atividades previstas para este resultado deverão continuar, principalmente no que tange à participação e intercâmbio com outros países na UNCCD, porém excluindo as ações específicas da SRHQ, uma vez que os recursos aportados da SRHQ ao PCT já foram executados. As ações do PCT serão alinhadas aos compromissos brasileiros junto à UNCCD e incorporando a meta do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 15.3.

Resultado 1.2: Ações de cooperação técnica internacional estruturadas com iniciativas interinstitucionais de implementação da UNCCD identificadas e implementadas.

(a) nível de realização até o momento do resultado:

- ✓ No período de execução do PCT firmou-se uma plataforma de cooperação técnica com a aprovação de projetos junto aos seguintes organismos, visando contemplar diversas regiões e temas relacionados com o combate à desertificação:
 - ✓ PNUD (BRA/14/G32), enfatizando a temática do manejo sustentável de terras no semiárido brasileiro, priorizando o estado de Sergipe;
 - ✓ Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento - AECID - Apoio aos municípios localizados em áreas susceptíveis à desertificação (ASD) no Brasil e na América Central (Trifínio) na elaboração de políticas públicas de redução da desertificação e vulnerabilidade climáticas; e
 - ✓ FAO (GCP/BRA/085/GEF) – Projeto Revertendo os processos de Desertificação nas Áreas Suscetíveis à Desertificação do Brasil: práticas agroflorestais sustentáveis e conservação da Biodiversidade.

(b) perspectivas:

- ✓ A execução das atividades previstas para este resultado deverá continuar, porém, inseridas no processo de implementação das URAD (Unidades de Recuperação de Áreas Degradadas e Redução da Vulnerabilidade Climática na Região Semiárida Brasileira), enquanto estratégia de combate à desertificação na região semiárida brasileira, em execução pelo MMA; e
- ✓ Encontram-se em estágio avançado tratativas com a AECID, ABC e a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI (agência executora) para formalização de novo projeto de cooperação, já elaborado, com o objetivo principal de “Ampliar a produção de conhecimento, disseminar boas práticas e desenvolver capacidades locais, estaduais e federais que servirão de base para o aprimoramento das políticas públicas e das estratégias de desenvolvimento”. As ações de capacitação deste projeto se reverterão em um programa de capacitação e intercâmbio para o combate à desertificação.

As ações de cooperação técnica serão coordenadas e não sobrepostas, a partir da implementação de um plano de trabalho integrado, e visa garantir a complementariedade das ações de cooperação técnica para o combate à desertificação.

Resultado 1.3: Estratégias de financiamento, fomento e de valorização dos serviços ecossistêmicos, estruturadas e consolidadas.

(a) nível de realização até o momento do resultado:

- ✓ Destacam-se entre as estratégias de financiamento a captação de recursos e estabelecimento de parcerias resultantes dos projetos de cooperação citados acima; e
- ✓ Em relação aos recursos orçamentários, ressalta-se a execução de projetos em parceria com o Fundo Sócio ambiental da Caixa Econômica Federal, visando a sustentabilidade do uso da lenha nas ASD, por meio de manejo florestal e eficiência energética em fornos industriais e fogões domésticos, e Fundo Nacional das Mudanças do Clima por meio de inúmeros convênio para o combate à desertificação, inclusive o apoio a projetos, como aquele realizado pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco – SEMAS – PE (promoção da segurança energética, hídrica, alimentar e saneamento em 12 municípios), que inspiraram a estratégia URAD.
- ✓ Realização de Curso de Elaboração de Projetos e Captação de Recursos com ênfase em fortalecimento institucional, no âmbito o Seminário Nacional de Auto sustentação do Movimento dos Trabalhadores do Campo;
- ✓ Apoio à elaboração de Plano Piloto de Combate à Desertificação do Seridó e do Programa de Fomento para a Sustentabilidade da matriz energética do setor Cerâmico e Gesseiro; e
- ✓ Realização de estudos científicos sobre uso da biodiversidade para o combate à desertificação, a valorização de serviços ecossistêmicos e resgate de práticas tradicionais de produção, mapeando, sistematizando e divulgando as boas práticas – Bahia, Pernambuco e Ceará.

(b) perspectivas:

- ✓ A execução das atividades previstas para este resultado deverá continuar, porém envolvendo novos parceiros e de forma articulada com as iniciativas de captação já existentes, em nível de cooperação internacional ou com recursos orçamentários; e
- ✓ Serão executadas duas consultorias para a elaboração de modelo de valoração de serviços ambientais para a região do semiárido brasileiro, como subsídio ao Programa Produtor de Água, da Agência Nacional de Águas.

OBJETIVO IMEDIATO 2: Atualizar o estado da arte do conhecimento das condições de sustentabilidade das ASD, tendo em conta cenários de mudanças climáticas e a espacialidade.

- ✓ **Resultado 2.1:** Estudos científicos para o combate à desertificação, a valoração de serviços ecossistêmicos, recuperação de áreas degradadas, resgate de práticas tradicionais de produção, mapeados, sistematizados e divulgados.

(a) nível de realização até o momento do resultado:

- ✓ Com o suporte de duas Agências Implementadoras, contratadas por meio de Carta Compromisso (Fundação Parque Tecnológico da Paraíba e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade -IABS), foram realizados diagnósticos, estudos técnicos e científicos, associados às ações formativas e de capacitação, contemplando temáticas relacionadas à desertificação, eficiência energética, resgate de práticas tradicionais de uso de recursos naturais da Caatinga. Importante destacar que na execução dos estudos científicos, contou-se com a parceria da Universidade Federal de Pernambuco com estudos relacionados ao potencial de plantas da caatinga com potencial medicinal;
- ✓ Neste resultado destacam-se os estudos realizados para qualificação do SAP em temas específicos, a exemplo da elaboração de ferramentas para consulta e acesso interativo e geração de mapas temáticos;
- ✓ Também realizaram-se estudos para a melhoria do modelo de gestão do Programa Água Doce, incluindo estudos para o aprimoramento das normas legais do acesso a água, a construção de modelos produtivos, utilizando os efluentes da dessalinização integrados ao contexto da convivência com semiárido e combate à desertificação. O objetivo foi promover a utilização dos dessalinizadores como alternativa para a convivência com o semiárido, combate à desertificação, adaptação e mitigação às mudanças do Clima; e
- ✓ Realização de diversos eventos de divulgação técnica e científica, com divulgação dos resultados, especialmente aqueles relacionados com a implementação do Programa Água Doce e a sustentabilidade da matriz energética (lenha) dos setores cerâmico e gesseira nas ASD e boas práticas de combate à desertificação.

(b) perspectivas: Resultado Alcançado.

Resultado 2.2: Diagnóstico e inventário de boas práticas de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, realizado.

(a) nível de realização até o momento do resultado

- ✓ Além de realização de reuniões técnicas e diversos eventos (seminários, simpósios, dias de campo, visitas de intercâmbio), tendo-se como resultados a produção de relatórios técnicos sobre boas práticas, realizou-se exposições em eventos de abrangência nacional, regional e local;
- ✓ Organização de um banco de experiências (projetos) para o Prêmio Dryland Champion, com premiação de iniciativas de boas práticas de combate à desertificação;
- ✓ Apoio a realização do Prêmio Mandacaru enquanto projeto piloto para validação de iniciativas inovadoras de projetos de boas práticas de combate à desertificação e convivência com a semiáridade;
- ✓ Elaboração e impressão do livro “Caminhos para a Agricultura Sustentável: princípios conservacionistas para o pequeno produtor rural”. Geraldo Barreto e Osani Godoy (autores). Brasília. 2015;
- ✓ Realização de Estudo e elaboração de proposta de Programa de difusão de ecofogões, com levantamento e análise comparativa da eficiência das tecnologias existentes de fogões ecológicos; com elaboração de relatório técnico;
- ✓ Elaboração de texto para a Norma ABNT NBR ISSO 14055 - Guia de Boas Práticas para o Combate à Degradação de Terras e Desertificação;
- ✓ Realização de diversos cursos e eventos sobre boas práticas de combate à desertificação no Centro Xingó de Convivência com o Semiárido, localizado em Piranhas-Alagoas (2016), com destaque para o III Seminário e Curso Internacional de Convivência com o Semiárido; e

(b) perspectivas: Resultado Alcançado

OBJETIVO IMEDIATO 3: Integrar, fortalecer e difundir as boas práticas de prevenção e combate à desertificação.

Resultado 3.1: Estratégia de intercâmbio de informações Técnicas sobre a temática “combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca” para públicos-alvo diferenciados, elaborada e implementada.

(a) nível de realização até o momento do resultado:

- ✓ Destacam-se as iniciativas de intercâmbio realizados na execução do PCT, como a promoção de eventos, tais como: Intercâmbios entre os executores do Programa Água Doce; Dias de campo sobre manejo e conservação de solos; Conferência Nacional temática sobre ATER e Meio Ambiente e instalação de estande de difusão de boas práticas no Semiárido Show, promovido pela Embrapa;
- ✓ Elaboração de materiais técnicos e informativos sobre boas práticas de combate à desertificação pelo Centro Xingó, que teve suas atividades apoiadas pelo projeto;
- ✓ Apoio na elaboração do material técnico do projeto Água Doce (MMA) para orientar a seleção de áreas, instalação e operação de dessalinizadores; e

- ✓ Elaboração e impressão do livro “Caminhos para a Agricultura Sustentável: princípios conservacionistas para o pequeno produtor rural”. Geraldo Barreto e Osani Godoy (autores). Brasília. 2015.

(b) perspectivas:

- ✓ A execução das atividades previstas para este resultado deverá continuar, porém, mantendo-se as atividades para divulgação e intercâmbio de boas práticas de combate à desertificação incorporando a estratégia de implementação das Unidade de Recuperação de Áreas Degradadas e Redução da Vulnerabilidade Climáticas – URAD.

Resultado 3.2: Oferta técnica para uma ação de apoio à formação em temas de combate à desertificação para centros técnicos e de ensino desenvolvida, consolidada e implementada.

(a) nível de realização até o momento do resultado:

- ✓ Das ações realizadas destacam-se as oficinas e cursos promovidos no âmbito do PCT, notadamente os vários cursos promovidos pela agência implementadora Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS) no Centro Xingó de Convivência com o Semiárido/Alagoas. Também merecem destaque as unidades demonstrativas de combate à desertificação instaladas neste centro.

(b) perspectivas: A execução das atividades previstas para este resultado deverá continuar até a conclusão do projeto, porém integradas à implementação das URAD.

- ✓ Está em processo de seleção a contratação de instituições parceiras para auxiliar na implementação de 5 URAD nos estados do Maranhão, Bahia e Piauí. Fazem parte da implementação das URAD as capacitações para as comunidades beneficiárias. Estas são feitas durante a instalação dos equipamentos e atividades das unidades.
- ✓ Está em fase de contratação dois treinamentos a serem realizados em parceria com a Agência Nacional de Água – ANA, adaptados à realidade das ASD: 1) Práticas conservacionistas para revitalização de bacias no âmbito do Programa Produtor de Água e 2) Operação e regulagem de máquinas e implementos agrícolas em serviços de conservação de solo e estradas rurais.

Resultado 3.3 Boas práticas de combate à desertificação estabelecidas e multiplicadas nas ASD.

(a) nível de realização até o momento do resultado:

- ✓ O desenvolvimento das atividades previstas para a consolidação deste resultado foram realizadas, com lançamento de edital de manifestação de interesse, tendo como resultado a contratação de 02 Agencias Implementadoras por meio de Carta de Compromisso, sendo uma para trabalhar na área do fomento florestal e conservação da biodiversidade para a matriz energética em Industrias (com diagnósticos, capacitações e produção de material técnico) – Fundação Parque Tecnológico da Paraíba e outra para implementação de estratégias e ações específicas ao combate à desertificação (IABS);
- ✓ Intervenções em unidades demonstrativas de boas práticas de combate à desertificação foram instaladas no Centro Xingó/Alagoas, associadas aos processos formativos organizados pelo IABS em parceria com diversas instituições;
- ✓ No contexto da parceria interna com a Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental – SRHQ do MMA destacam-se a realização de estudos relacionados à

- construção de sistemas produtivos com uso ambientalmente adequado do rejeito da dessalinização e a produção de manual e cartilha; e
- ✓ Foi elaborada a nota conceitual da estratégia de intervenção física definida pelo MMA para o combate à desertificação – URAD.

b) perspectivas:

- ✓ A execução das atividades previstas para este resultado deverá continuar até a conclusão do projeto, porém enfatizando o combate à desertificação e redução de vulnerabilidade climática, com ações ambientais, produtivas e sociais, por meio da implementação das URAD;
- ✓ Está em processo de seleção a contratação de instituições parceiras para auxiliar na implementação de 5 URAD nos estados do Maranhão, Bahia e Piauí. Fazem parte da implementação das URAD as capacitações para as comunidades beneficiárias, a transferência de conhecimento se dará utilizando a metodologia ‘aprendendo fazendo’, durante o desenvolvimento de atividades nas unidades demonstrativas; e
- ✓ Serão apoiadas ações para a implementação de um sistema de monitoramento dos resultados das intervenções das URAD.

Convém destacar que serão observados nos processos de contratações e estabelecimento de novas parcerias, as normas da Portaria nº08/2017 do Ministério das Relações Exteriores, notadamente do que se refere a publicação de editais para a contratação de agências implantadoras.

2. INSUMOS

OGM 1: Pessoal Permanente Internacional:

Não há previsão de gastos nessa linha orçamentária.

OGM 2: Pessoal Permanente Nacional:

Não há previsão de gastos nessa linha orçamentária.

OGM3: Capacitação e Treinamento

Resultados: 1.2, 2,1, 2.2, 3.1 e 3.2.

Gastos com Capacitação e Treinamento (até maio de 2018): R\$ 1.137.641,22

Despesas com Capacitação e Treinamento

Custo Total Estimado para OGM 3(original)	R\$	1.140.000,00
Custo Total Estimado para OGM 3 (revisão 1)	R\$	1.740.000,00

Aplicação Saldo do PCT após 1ª Revisão:

Resultados 1.1, 1.2 e 3.1:

- ✓ Contratação de Consultorias Especializadas, pessoas física ou jurídica, e deslocamentos para realização de iniciativas de intercâmbio integradas ao processo de

implementação das URAD, mediante aprovação prévia de termos de referência, e realização de processo seletivo simplificado. Custo estimado R\$ 100.358,78

Resultado 3.2:

- ✓ Contratação de Consultorias Especializadas, pessoas física ou jurídica, e deslocamentos para a realização de capacitação e implantação de boas práticas integradas às URAD, mediante aprovação prévia de termos de referência, e realização de processo seletivo simplificado. Custo estimado R\$ 102.000,00

- ✓ Contratação de Consultorias Especializadas, pessoas física ou jurídica, para a realização de dois treinamentos a serem realizados em parceria com a Agência Nacional de Água – ANA, adaptados à realidade das ASD: 1) Práticas conservacionistas para revitalização de bacias no âmbito do Programa Produtor de Água e 2) Operação e regulagem de máquinas e implementos agrícolas em serviços de conservação de solo e estradas rurais, mediante aprovação prévia de termos de referência, e realização de processo seletivo simplificado. Custo estimado R\$ 400.000,00

Custo estimado de saldo de recursos a aplicar para o OGM 3 para Revisão N° 1: R\$ 602.358,78

OGM 4: Viagens de Pessoal Permanente: Não se aplica.

OGM 5: Publicações

Resultados: 1.2; 2,1; 2.2 e 3.1

Gastos com publicação (até maio de 2018): R\$ 1.398,61

Custo Total Estimado para OGM 5(original)	R\$	657.143,00
Custo Total Estimado para OGM 5 (revisão 1)	R\$	57.143,00

Aplicação Saldo do PCT após 1ª Revisão:

Resultado 3.1:

- ✓ Contratação de Consultorias Especializadas, pessoas física ou jurídica, para a sistematização e divulgação do processo de implementação das URAD, mediante aprovação prévia de termos de referência, e realização de processo seletivo simplificado.

Custo estimado de saldo de recursos a aplicar para o OGM 5 para Revisão N° 1: R\$ 55.744,39

OGM 6: Aquisições - Não há previsão

OGM 7: Comunicação e Manutenção

Custo Total Estimado para OGM 7(original)	R\$	0,00
Custo Total Estimado para OGM 7 (revisão 1)	R\$	0,00

OGM 8: CONSULTORIAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Resultados: 1.1; 1.2;1,3;2,1;2,2 3.1; 3.2 e 3.3.

Gastos com consultoria (até maio de 2018): R\$ 4.246.324,76

Custo Total Estimado para OGM 8(original)	R\$	7.526.000,00
Custo Total Estimado para OGM 8 (revisão 1)	R\$	8.016.050,47

Aplicação Saldo do PCT após 1ª Revisão:

Resultado1.3:

- ✓ Contratar consultorias pessoa física ou jurídica para a elaboração de modelo de valoração de serviços ambientais para a região do semiárido brasileiro. Custo Estimado R\$ 200.000,00

Resultado 3.1:

- ✓ Contratação de Consultorias Especializadas, pessoas física ou jurídica, para desenvolvimento de Resultados específicos para realização de iniciativas de intercâmbio integradas ao processo de implementação das URAD, mediante aprovação prévia de termos de referência, e realização de processo seletivo simplificado. Custo Estimado R\$ 567.588,71

Resultados 3.2 e 3.3:

- ✓ Contratação de Consultorias Especializadas, pessoas física ou jurídica, para implantação de URAD nos Estados do Maranhão, Piauí e Bahia, como estratégia de intervenção física demonstrativa, mediante aprovação prévia de termos de referência, e realização de processo seletivo. Custo Estimado R\$ 3.000.000,00

Custo estimado de saldo de recursos a aplicar para o OGM 8 para Revisão N° 1: R\$ 3.767.588,71

OGM 9: OUTROS CUSTOS –

Custo Total Estimado para OGM 9(original)	R\$	200.000,00
Custo Total Estimado para OGM 9(revisão 1)	R\$	-200.000,00

TIN - Previsão de recursos para os Custos Administrativos e Técnicos Indiretos do IICA, em percentual de 5% (cinco por cento) incidente sobre o total dos valores estimados para todos os Resultados:

Gastos com TIN (até maio de 2018): R\$ 264.633,31

Custo Total Estimado para TIN (original)	R\$	476.157,15
Custo Total Estimado para TIN (revisão 1)	R\$	490.766,52

CUSTO TOTAL DO PROJETO (original) R\$ 9.999.300,15

CUSTO TOTAL DO PROJETO (revisão 1) R\$ 10.306.096,99

3. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA Revisão Nº 1 do PCT

O PCT BRA/IICA/14/001 possuía orçamento original total de R\$ 9.999.300,15 e propõe orçamento revisado de R\$ 10.306.096,99.

Até 31 de maio de 2018, o PCT executou R\$ 5.654.271,90, o que corresponde a aproximadamente 60% sobre o orçamento revisado.

Ao considerar o orçamento original do projeto e a previsão de gastos para o período de prorrogação da vigência solicitado nesta 1ª revisão, destaca-se que há disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros, já depositados na conta do Projeto, para a execução das atividades previstas para os próximos 2 (dois) anos. Ressalta-se ainda que, já existe um comprometimento em contratos e editais em processo de licitação da ordem de R\$ 3.481.549,13, dos R\$ 4.646.976,47 em saldo orçamentário a aplicar, após a Revisão Nº 1. O período solicitado de mais 24 meses corresponde à execução das ações detalhadas no item 2. Insumos.

4. ORÇAMENTO

4.1 QUADRO ORÇAMENTÁRIO DA 1ª REVISÃO (R\$) (REVISADO ATÉ 31 DE MAIO DE 2018)

OBJETIVO DE GASTOS MAIOR (OGM)	ORÇAMENTO ORIGINAL DO PROJETO	DESPESAS ANO 2014	DESPESAS ANO 2015	DESPESAS ANO 2016	DESPESAS ANO 2017	DESPESAS ANO 2018 (MAIO)	SALDO DO PROJETO (até 05/2018)	APORTES RENDIMENTOS FINANCEIROS	REMANEJAMENTO DE ORÇAMENTO	ORÇAMENTO TOTAL DO PROJETO APÓS 1ª REVISÃO
Especificação										
1 -Pessoal Permanente Internacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2 -Pessoal Permanente Nacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3 - Treinamento, Capacitação e Eventos	R\$1.140.000,00	106.588,96	299.194,22	583.997,58	144.856,51	3.003,95	2.358,78	0	600.000,00	1.740.000,00
4 -Viagens de pessoal permanente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5 -Publicações	657.143,00	0	0	0	1.398,61	0	655.744,39	0	-600.000,00	57.143,00
6 -Aquisições e Aluguéis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7 - Comunicação e Manutenção	0	0	0,00	0	0	0	0,00	0	0,00	0,00
8 -Consultorias e prestações de serviços	R\$7.526.000,00	258.225,39	1.772.055,56	1.297.465,60	902.898,26	17.816,95	3.277.538,24	292.187,47	200.000,00	8.018.187,47
9 -Outros Custos	200.000,00	0	0	0	0	0	200.000,00	0	-200.000,00	0
Subtotal PCT	R\$9.523.143,00	R\$364.814,35	2.071.249,78	1.881.463,18	1.049.153,38	20.820,90	4.135.641,41	292.187,47	-	9.815.330,47
TIN 5%	476.157,15	18.240,72	103.562,49	94.073,16	52.457,67	1.041,05	206.782,07	14.609,37	-	490.766,52
Total	9.999.300,15	R\$383.055,07	2.174.812,27	1.975.536,34	1.101.611,05	21.861,95	4.342.423,48	306.796,84	-	10.306.096,99

4.2 QUADRO DA ESTIMATIVA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA 1ª REVISÃO (R\$)

LINHA ORÇAMENTÁRIA	SALDO DO PROJETO A APLICAR APÓS REVISÃO Nº 1		ANO		
	Saldo Projeto + Aporte Rendimentos Financeiros + Remanejamento OGMs	Comprometido (contratos vigentes + licitações em andamento)	2018	2019	2020
OGM 1 – Pessoal Internacional	-	-	-	-	-
OGM 2 – Pessoal Nacional	-	-	-	-	-
OGM 3 – Capacitação e Treinamento	602.358,78	-	200.000,00	250.000,00	152.358,78
OGM 4 – Viagens de Pessoal Permanente	-	-	-	-	-
OGM 5 – Publicações	55.744,39	-	15.000,00	25.000,00	15.744,39
OGM 6 – Aquisições	-	-	-	-	-
OGM 7 – Serviços Gerais	-	-	-	-	-
OGM 8 – Contratos por Resultados e Serviços	3.769.725,71	3.315.761,08	845.000,00	1.500.000,00	1.424.725,71
OGM 9 – Outros Custos	-	-	-	-	-
<i>SUBTOTAL</i>	4.427.828,88	3.315.761,08	1.060.000,00	1.775.000,00	1.592.828,88
TIN (5% do subtotal)	221.391,44	165.788,05	53.000,00	88.750,00	79.641,44
TOTAL	4.649.220,32	3.481.549,13	1.113.000,00	1.863.750,00	1.672.470,32

MATRIZ DE EXECUÇÃO FÍSICA (CONTINUAÇÃO)

OBJETIVOS	RESULTADOS	2014				2015				2016				2017				2018				2019				2020				
		1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	
Objetivo Imediato 2: Atualizar o estado da arte do conhecimento das condições de sustentabilidade das ASD, tendo em conta cenários de mudanças climáticas e a espacialidade.	Resultado 2.1: Estudos científicos para o combate à desertificação, a valoração de serviços ecossistêmicos, recuperação de áreas degradadas, resgate de práticas tradicionais de produção, mapeados, sistematizados e divulgados.																													
	Resultado 2.2: Diagnóstico e inventário de boas práticas de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, realizado.																													
Objetivo Imediato 3: Integrar, fortalecer e difundir ações de prevenção e combate à desertificação.	Resultado 3.1. Proposta de estratégia de intercâmbio de informações técnicas sobre a temática "combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca" para públicos-alvo diferenciados elaborada, validada e implementada.																													
	Resultado 3.2: Oferta técnica para uma ação de apoio à formação em temas de combate à desertificação para centros técnicos e de ensino desenvolvida, consolidada e implementada.																													
	Resultado 3.3: Boas práticas de combate à desertificação estabelecidas e multiplicadas nas ASD																													

6. EMENDA AO TERMO DE COOPERAÇÃO

AO PROGRAMA EXECUTIVO RELATIVO AO ACORDO BÁSICO SOBRE PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA) PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA: “APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS E AÇÕES DE PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE À DESERTIFICAÇÃO FACE AOS CENÁRIOS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E À CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO (UNCCD)” (PCT BRA/IICA/14/001)

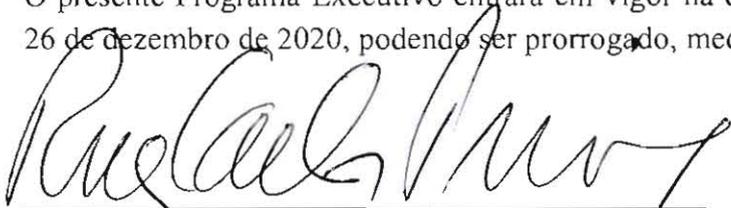
Com base no Título XII, art. 25 – Modificações e Emendas do Programa Executivo do BRA/IICA/14/001 “APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS E AÇÕES DE PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE À DESERTIFICAÇÃO FACE AOS CENÁRIOS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E À CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO (UNCCD)”, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, em 26 de dezembro de 2013, as Partes concordam em modificar os seguintes títulos do Programa Executivo :

TÍTULO XVI

Da Vigência

Artigo 29

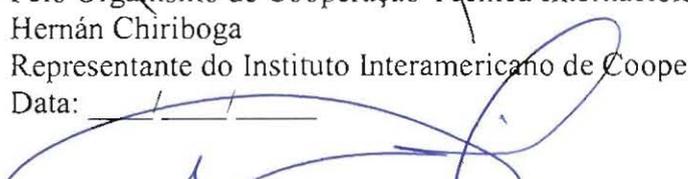
O presente Programa Executivo entrará em vigor na data da sua assinatura e terá duração até 26 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado, mediante manifestação das Partes.



Pelo Governo da República Federativa do Brasil
Embaixador Ruy Carlos Pereira
Diretor da Agência Brasileira de Cooperação – ABC
Data: 24 / 12 / 2018



Pelo Organismo de Cooperação Técnica Internacional
Hernán Chiriboga
Representante do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA)
Data: ____ / ____ / ____



Pela Instituição Executora Nacional
Valdemar Rodrigues

Diretor Nacional do PCT BRA/IICA/14/001
Diretor do Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável e Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente – DRSD/MMA
Data: ____ / ____ / ____

ANEXO 1 - MATRIZ LÓGICA

Objetivo Imediato I - Definir a formulação, adequação e implementação de políticas, estratégias, programas e projetos de combate à desertificação com base na Estratégia Decenal da UNCCD.

RESULTADO	INDICADORES	VERIFICAÇÃO
<p>RESULTADO 1.1: Sistema de gestão para implementação de ações de combate à desertificação, adaptação e mitigação às mudanças do clima nas ASD de acordo com o marco geral das Convenções do Rio, aprimorado.</p>	<p>A) Propostas para composição do marco legal em combate à desertificação (Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca), elaborada. Indicador alcançado</p> <p>B) Proposta técnica para a estratégia nacional de revisão do PAN Brasil em alinhamento às diretrizes da UNCCD, elaborada, apresentada à Comissão Nacional de Combate à Desertificação* CNCD e validada. Indicador mantido</p> <p>C) Proposta metodológica para qualificação do modelo de gestão da Comissão Nacional de Combate à Desertificação-CNCD e ações decorrentes. Indicador alcançado</p> <p>D) Dois Encontros Nacionais de Combate à Desertificação realizados e resultados sistematizados para os atores sociais que atuam com o tema. Indicador alcançado</p> <p>E) Duas Conferências Internacionais/Regionais sobre o Combate à Desertificação realizadas e resultados sistematizados para os atores sociais envolvidos com a temática. Indicador mantido</p> <p>F) Dois Um relatório nacionais sobre a implementação das ações propostas pela Estratégia Decenal de Combate à Desertificação da UNCCD (2008-2018), elaborados. Indicador alterado</p>	<p>-Documento contendo propostas para composição da Política Nacional de Combate à Desertificação. Alcançado</p> <p>-Documento contendo proposta técnica para a estratégia nacional de revisão do PAN Brasil.</p> <p>-Acordos interinstitucionais de balizamento da implementação da estratégia nacional de revisão do PAN Brasil. Mantido</p> <p>-Documento contendo proposta metodológica para qualificar o modelo de gestão da CNCD e ações decorrentes. Alcançado</p> <p>-Documentos balizadores da participação da CNCD em conferências nacionais, regionais e internacionais. Alcançado</p> <p>-Documentos contendo os resultados consolidados dos Encontros-Nacionais de Combate à Desertificação. Mantido</p> <p>-Documentos contendo os resultados consolidados das Conferências Internacionais/Regionais.</p> <p>-Relatório Nacional sobre implementação da UNCCD. Alterado</p>
<p>RESULTADO 1.2: Ações de cooperação técnica internacional estruturadas com iniciativas interinstitucionais de implementação da UNCCD identificadas e implementadas.</p>	<p>A) Proposta para uma plataforma de ações de cooperação técnica com vista a integrar e potencializar ações de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca em projetos de cooperação. elaborada. Indicador alcançado</p> <p>B) Plano de trabalho contendo as ações e iniciativas a serem implementadas pela plataforma de cooperação técnica internacional, elaborado e validado. Indicador alcançado</p> <p>C) Proposta para um programa de capacitação e de intercâmbio de experiências com utilização da base de dados e informações de Manejo Sustentável de Terras (Sustainable Land Management - SLM) focada na prevenção e redução da degradação de terras, solos e conservação de água aplicáveis à realidade do Brasil, elaborada e viabilizada. Indicador mantido</p>	<p>- Documento contendo a plataforma de cooperação técnica internacional para implementação de ações de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca (Memorando de Entendimento). Alcançado</p> <p>- Documento contendo o Plano de Trabalho das ações da plataforma de cooperação técnica internacional. Alcançado</p> <p>- Documento contendo proposta de programa de capacitação e de Intercâmbio, de experiências com utilização da base de dados e informações de Manejo Sustentável de Terras.</p> <p>- Documento contendo os resultados gerados pelas iniciativas de capacitação em SLM e de intercâmbio de experiências. Indicador mantido</p>

RESULTADO

INDICADORES

VERIFICAÇÃO

RESULTADO 1.3:

Estratégias de financiamento, fomento e de valoração dos serviços ecossistêmicos estruturadas e consolidadas.

A) ~~Proposta de estratégia para a melhoria da gestão e captação de recursos orçamentários (crédito e fomento) com vistas à implementação do PAN Brasil e dos PAEs, elaborada e consolidada.~~

Propostas de captação de recursos orçamentários com vistas ao combate à desertificação. Indicador alterado

B) ~~Metodologia contendo linhas de crédito para programas ações de adaptação, produção e consumo sustentável operando conjuntamente com recursos de diversos fundos, elaborada e validada. Indicador excluído e incorporado ao indicador 'A'~~

C) ~~Proposta de mecanismo de compensação para agricultores familiares que atendam princípios ambientalmente sustentáveis nas ASD, desenvolvida.~~

Proposta de mecanismo de pagamento de serviços ambientais para agricultores que atendam princípios ambientalmente sustentáveis nas ASD, desenvolvida. Indicador alterado

~~Documento contendo proposta de estratégia nacional de gestão e captação de recursos orçamentários.~~

Documento contendo programas, acordos de cooperação e projetos para o combate à desertificação

Relatórios técnicos.

Acordos interinstitucionais.

Relatórios de acompanhamento e de avaliação das atividades implementadas (relativos à Estratégia).

~~Documento contendo orientações técnicas de apoio a iniciativas de combate à desertificação e mitigação dos efeitos das secas.~~

Documento com modelo de valoração de serviços ambientais para a região do semiárido brasileiro, como subsídio ao Programa Produtor de Água consorciado à estratégia URAD. Indicador alterado

OBJETIVO IMEDIATO 2 – Atualizar o estado da arte do conhecimento das condições de sustentabilidade das ASD, tendo em conta cenários de mudanças climáticas e a espacialidade.

RESULTADO	INDICADORES	VERIFICAÇÃO
RESULTADO 2.1: Estudos científicos para o combate à desertificação, a valoração de serviços ecossistêmicos, recuperação de áreas degradadas, resgate de práticas tradicionais de produção, mapeados, sistematizados e divulgados. Resultado alcançado	<p>A) Produção científica nacional relacionada ao combate à desertificação, a valoração de serviços ecossistêmicos, recuperação de áreas degradadas e resgate de práticas tradicionais de produção identificada, sistematizada e difundida para os diversos atores sociais que atuam nas ASD. Alcançado</p> <p>B) Proposta metodológica de utilização do portal para difusão de conhecimento científico sobre o combate à desertificação, valoração de serviços ecossistêmicos, recuperação de áreas degradadas, resgate de práticas tradicionais de produção, elaborada. Alcançado</p> <p>C) Proposta de gestão de redes de pesquisa e produção integrando investigação de campo e produção científica sobre o combate à desertificação, a valoração de serviços ecossistêmicos, recuperação de áreas degradadas, resgate de práticas tradicionais, elaborada e validada. Alcançado</p>	<p>- Documento contendo informações sobre a produção científica nacional voltada para as ASD. Alcançado</p> <p>Documento contendo informação técnica atualizada sobre as ASD. Banco de dados sobre o conhecimento científico atualizado. Alcançado</p> <p>- Documento contendo proposta metodológica de utilização do portal para difusão de conhecimento científico sobre o combate à desertificação. Alcançado</p>
	<p>D) Dois workshops de divulgação técnica e científica realizados e resultados sistematizados destinados aos atores sociais que trabalham com a temática. Alcançado</p>	<p>- Material técnico e didático. - Relatórios contendo os resultados dos seminários de divulgação científica. Alcançado</p>
	<p>E) Sistema de Alerta Precoce de Seca e Desertificação - SAP, com operacionalização qualificada. Alcançado</p>	<p>- Relatório de avaliação da operacionalização do SAP. Alcançado</p>
RESULTADO 2.2: Diagnóstico e inventário de boas práticas de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, realizado. Resultado alcançado	<p>A) Proposta de estratégia de intercâmbio de informações técnicas sobre a temática “combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca” elaborada e validada. Alcançado</p> <p>B) Três oficinas de intercâmbio de informações técnicas sobre a temática do “combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca” para diversos públicos alvos, realizadas. Alcançado</p> <p>C) Material técnico e informativo destinado aos atores sociais das ASD envolvidos com a temática, elaborado. Alcançado</p> <p>D) Dois workshops de divulgação e intercâmbio de boas práticas, realizado. Alcançado</p>	<p>Documento contendo o diagnóstico e inventário de boas práticas. Alcançado</p> <p>Manuais para formulação, implementação e gestão de projetos locais. Alcançado</p> <p>Material técnico e didático sobre boas práticas. Alcançado</p> <p>Relatórios contendo resultados dos workshops. Alcançado</p>

OBJETIVO IMEDIATO 3 - Integrar, fortalecer e difundir as boas práticas de prevenção e combate à desertificação.

RESULTADO	INDICADORES	VERIFICAÇÃO
<p>3.1) Estratégia de intercâmbio de informações Técnicas sobre a temática “combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca” para públicos-alvos diferenciados elaborada e implementada.</p>	<p>A) Proposta de estratégia de intercâmbio de informações técnicas sobre a temática de “combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca” elaborada e validada. Indicador mantido.</p> <p>B) Três oficinas de intercâmbio de informações técnicas sobre a temática do “combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca” para diversos públicos alvos, realizadas. Indicador alcançado.</p> <p>C) Material técnico e informativo destinado aos atores sociais das ASD envolvidos com a temática, elaborado.</p> <p>D) Material técnico e didático sobre as boas práticas de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, elaborado e difundido. Indicador alterado.</p>	<p>Documento contendo a estratégia de intercâmbio de informações técnicas sobre a temática “combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca. Mantido</p> <p>Relatórios com os resultados das oficinas de intercâmbio de informações técnicas. Alcançado.</p> <p>Material técnico e didático sobre boas práticas.</p>
<p>3.2) Oferta técnica para uma ação de apoio à formação em temas de combate à desertificação para centros técnicos e de ensino desenvolvida, consolidada e implementada.</p>	<p>A) Proposta de estratégia de apoio a formação técnica para o combate à desertificação, à valoração de serviços ecossistêmicos de recuperação de áreas degradadas, resgate de práticas tradicionais de produção, elaborada e validada. Indicador excluído</p> <p>B) Proposta para uma plataforma interinstitucional de ensino superior e centros técnicos com conteúdos voltados para a temática do combate à desertificação no âmbito das ASD, elaborada. Indicador excluído</p> <p>C) Duas capacitações para a identificação, formulação e implementação de projetos locais de combate à desertificação destinadas a atores sociais que tratam do tema nas ASD. Quatro capacitações para a identificação, formulação e implementação de projetos locais de combate à desertificação destinadas a atores sociais que tratam do tema nas ASD. Indicador alterado</p> <p>D) Unidades demonstrativas para promoção de boas práticas nas ASD, implantadas. Novo Indicador.</p>	<p>- Documento contendo a proposta de estratégia de apoio a formação técnica para o combate à desertificação. Excluído</p> <p>- Protocolos de acordos com instituições de ensino superior e centros técnicos. Excluído</p> <p>- Relatórios sobre visitas, de campo realizadas.</p> <p>- Material técnico e didático.</p> <p>- Relatórios de realização das capacitações.</p>
<p>3.3) Boas práticas de combate à desertificação estabelecidas e multiplicadas nas ASD.</p>	<p>A) Iniciativas de boas práticas (projetos pilotos) para a sustentabilidade da matriz energética, conservação e uso racional dos recursos hídricos, diversificação e inclusão para a produção agrícola nas ASD, selecionadas por meio de editais de licitação de manifestação de interesse e implementadas. Iniciativas de boas práticas (URAD) para o combate à desertificação selecionadas por meio de processos de seleção implementadas. Indicador alterado</p> <p>B) Estratégia de intervenções físicas para preservação, reabilitação, adaptação ou mitigação, de caráter demonstrativo estadual e local, aprimorada e implementada. Estratégia de intervenções físicas para preservação, reabilitação, adaptação ou mitigação, de caráter demonstrativo estadual e local (URAD), aprimorada e implementada. Indicador alterado</p> <p>C) Sistema de monitoramento dos resultados das intervenções das URAD desenvolvido. Novo Indicador.</p>	<p>Editais para instituições parceiras para a implantação de URAD publicados e instituições selecionadas.</p> <p>Relatório de acompanhamento da implementação de URAD.</p> <p>Relatório de acompanhamento e avaliação da implementação da estratégia de intervenções físicas (URAD), incluindo os dados e informações do sistema de monitoramento.</p>